

## Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Região dos Lagos-RJ: Uma Análise do Campo Esportivo Praiano a Partir das Teorias Bourdieusiana

*Management of Public Policies for Sports and Leisure in the Região dos Lagos-RJ: An Analysis of the Beach Sports Field from Bourdieusian Theories*

*Gestión de Políticas Públicas para el Deporte y el Ocio en la Região dos Lagos-RJ: Un Análisis del Campo Deportivo de Praiano a Partir de las Teorías Bourdieusianas*

**André de Brito Oliveira** 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – profandre.ef@gmail.com

**Lamartine Pereira da Costa** 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – lamartine@terra.com.br

**José Nunes da Silva Filho** 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – jose\_nunes\_99@hotmail.com

### Resumo

Por meio das teorias de Pierre Bourdieu vinculadas ao campo social, é possível compreender a política, o esporte e a gestão dos esportes como campos distintos, que se integram para dar origem a um subcampo destas áreas: as políticas públicas de esporte lazer. O objetivo deste trabalho é identificar a importância da gestão esportiva e das políticas públicas de esporte e lazer para o fomento ao *habitus* das práticas corporais de praia, entendendo estas como expressão máxima da identidade dos agentes sociais deste campo. Não obstante, é preciso reconhecer que as práticas corporais realizadas nas regiões praianas constituem *habitus* próprio em um campo específico: o campo praiano. Este ensaio é parte integrante de um projeto de doutorado em curso, na área de Ciências do Exercício e do Esporte, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa mista, cujos instrumentos serão triangulados para identificar as políticas públicas de esporte e lazer presentes na Região dos Lagos, relacionando-as ao *habitus* esportivo praiano e o protagonismo comunitário originado a partir do currículo escolar local. As políticas públicas inseridas no campo do esporte e lazer são recentes e, de igual maneira, a gestão esportiva neste campo ainda é bastante incipiente. A escassez dos recursos financeiros está presente, quase sempre, nos discursos da gestão esportiva, como forma de justificar as diminutas ou insustentáveis políticas públicas destinadas à área. Entretanto, muitas outras razões justificam a ineficiência ou inexistência de programas voltados, sobretudo, para o esporte educacional e/ou esporte-participação, podendo considerar o viés mercadológico do esporte no Brasil, a corrupção na área e a falta de gestores esportivos nestes programas como sendo algumas destas razões. Por outro lado, ao levar em conta o *habitus* local, políticas que considerem importantes o protagonismo comunitário, gestores qualificados e programas eficientes, têm-se no campo esportivo praiano elementos suficientes para impactar a qualidade de vida, a educação, o lazer e, até mesmo, o esporte de alto rendimento, ainda que indiretamente.

**Palavras-chave:** Gestão Esportiva; Políticas Públicas; Esporte e Lazer; *Habitus*; Campo Praiano.

### Abstract

Through Pierre Bourdieu's theories linked to the social field, it is possible to understand politics, sport and sports management as distinct fields, which are integrated to give rise to a subfield of these areas: public policies for sport and leisure. The objective of this work is to identify the importance of sports management and public policies for sports and leisure to promote the *habitus* of body practices at the beach, understanding these as the maximum expression of the identity of social agents in this field. Nevertheless, it



is necessary to recognize that the corporal practices carried out in the beach regions constitute their own *habitus* in a specific field: the beach field. This essay is an integral part of an ongoing doctoral project, in the area of Exercise and Sport Sciences, carried out at the State University of Rio de Janeiro. This is mixed research, whose instruments will be triangulated to identify the public policies of sport and leisure present in the Lagos Region, relating them to the beach sports *habitus* and the community protagonism originated from the local school curriculum. Public policies in the field of sport and leisure are recent and, in the same way, sports management in this field is still quite incipient. The scarcity of financial resources is almost always present in the discourses of sports management, as a way of justifying the small or unsustainable public policies aimed at the area. However, many other reasons justify the inefficiency or non-existence of programs focused, above all, on educational sport and/or sport-participation, which may consider the marketing bias of sport in Brazil, corruption in the area and the lack of sports managers in these programs as being some of these reasons. On the other hand, when taking into account the local *habitus*, policies that consider community protagonism important, qualified managers and efficient programs, there are enough elements in the beach sports field to impact the quality of life, education, leisure and even in high-performance sport, albeit indirectly.

**Keywords:** Sports Management; Public policy; Sports and leisure; Habitus; Beach Field.

### Resumen

A través de las teorías de Pierre Bourdieu vinculadas al campo social, es posible entender la política, el deporte y la gestión deportiva como campos distintos, que se integran para dar lugar a un subcampo de estas áreas: las políticas públicas para el deporte y el ocio. El objetivo de este trabajo es identificar la importancia de la gestión deportiva y las políticas públicas del deporte y el ocio para promover el *habitus* de las prácticas corporales en la playa, entendiendo éstas como la máxima expresión de la identidad de los agentes sociales en este ámbito. Sin embargo, es necesario reconocer que las prácticas corporales realizadas en las regiones de playa constituyen un *habitus* propio en un campo específico: el campo de la playa. Este ensayo es parte integral de un proyecto de doctorado en curso, en el área de Ciencias del Ejercicio y del Deporte, realizado en la Universidad del Estado de Río de Janeiro. Se trata de una investigación mixta, cuyos instrumentos serán triangulados para identificar las políticas públicas de deporte y ocio presentes en la Región de Lagos, relacionándolas con el *habitus* deportivo de playa y el protagonismo comunitario originado en el currículo escolar local. Las políticas públicas en el ámbito del deporte y el ocio son recientes y, del mismo modo, la gestión deportiva en este campo es todavía bastante incipiente. La escasez de recursos financieros está casi siempre presente en los discursos de la gestión deportiva, como una forma de justificar las políticas públicas pequeñas o insostenibles dirigidas al área. Sin embargo, muchas otras razones justifican la ineficiencia o la inexistencia de programas enfocados, sobre todo, en el deporte educativo y/o la participación deportiva, lo que puede considerar el sesgo de marketing del deporte en Brasil, la corrupción en el área y la falta de gestores deportivos. en estos programas como algunas de estas razones. Por otro lado, al tomar en cuenta el *habitus* local, políticas que consideran importantes el protagonismo comunitario, gestores calificados y programas eficientes, existen suficientes elementos en el campo de los deportes de playa para impactar la calidad de vida, la educación, el ocio, incluyendo el deporte de alto rendimiento, aunque indirectamente.

**Palabras Clave:** Gestión Deportiva; Políticas Públicas; Deportes y Ocio; Habitus; Campo de Playa.

### Introdução

A praia constitui um campo bastante singular no que se refere às manifestações da cultura corporal de movimento (Oliveira, 2017; Costa & Tubino, 1997). Neste território, mais especificamente na Região dos Lagos-RJ, inúmeras práticas corporais são percebidas, tecendo segundo Oliveira (2017), um *habitus* esportivo próprio que se dá, segundo o autor, em um campo denominado praiano. Este campo é um espaço social e geográfico em que são evidentes inúmeras práticas corporais, dentre as quais destacam-se o Beach Soccer, o Hand Beach, o Beach Tênis, o Frescobol, o Beachboxing, a Altinha, a Canoagem, o Kitesurf, o Futevôlei, entre dezenas de outras atividades. Além destas práticas, são percebidos grupos de caminhada, ciclistas, circuitos funcionais, corredores ou apenas pessoas contemplando o ambiente natural (Oliveira, 2017).

Todas as atividades próprias deste ambiente são denominadas por Costa e Tubino (1997) de práticas *outdoors*. Seguindo a etimologia da palavra, trata-se de práticas corporais realizadas em ambiente aberto, levando o indivíduo a se curvar perante “uma bela paisagem complementada pelo

encontro do mar na areia, pelo céu, pelo sol, ligadas a espaços abertos até o horizonte, onde são desenvolvidas as sensações de amplitude, de infinito, de espaço sem limitações” (Costa & Tubino, 1997, p. 27). De forma conclusiva, Oliveira (2017, p. 35) vai afirmar que “a praia sempre será um espaço social de manifestações voluntárias que tem nestas atividades prazerosas, a redução das tensões impostas pelo mundo moderno”.

Por falar em modernidade, o sociólogo esportivo Murad (2009, p. 127) afirma, à luz de Pierre Bourdieu, que “para se entender o esporte moderno é necessário estudar separadamente algumas de suas modalidades, conhecer melhor a posição ocupada por elas no “campo esportivo”, ou ainda, no espaço dos esportes, bem como a distribuição dos praticantes, segundo sua posição social”. Desse modo, não é possível pensar que todo e qualquer cenário ou espaço social esportivo é um campo único, e ainda, que todos os praticantes nestes espaços são os mesmos agentes sociais, ou seja, campo esportivo é campo esportivo. Não! Ao pensar a praia e as práticas corporais que lá existem enquanto um espaço social diferente de tantos outros, é possível compreender que os agentes que fazem uso desse espaço possuem *habitus* distintos daqueles existentes em outros campos também esportivos. Logo, é preciso conhecer este espaço, seus agentes e como se dá o *habitus* esportivo em cada campo (Bourdieu, 2003).

## Rascunhando o estado da arte

Neste preâmbulo, concebe-se a existência de um espaço social denominado de praia, onde está estruturado um *habitus* bastante singular, aceito e compartilhado coletivamente (Bourdieu, 1983). Os agentes sociais deste espaço (sujeitos culturais) comungam uma cultura própria, formadora de uma identidade individual e coletiva (Hall, 2011) que se manifesta simbolicamente por meio de “gestuais, linguagem, trajes, cabelos longos, dourados pelo sol ou penteados presos como rabos de cavalo, códigos próprios compartilhados entre os praticantes” (Costa & Tubino, 1997, p. 27). Tem-se então, uma aproximação bastante considerável com abordagens teóricas bourdieusianas, especificamente sobre o campo social, que neste caso, refere-se à praia, cujos agentes sociais, frequentadores deste espaço, são detentores de um *habitus* que se consolida por meio de um capital cultural adquirido em uma teia de relacionamentos costurada ao ar livre (Bourdieu, 2003; Geertz, 2011).

Todo esse conjunto de manifestações corporais próprio do ambiente praiano também é influenciado por decisões governamentais que têm o poder de controlar a dinâmica político-administrativa e, que por meio de seus agentes, “elaboram as políticas públicas para os mais variados setores” (Starepravo et al., 2011, p. 239). Essa intervenção do Estado determina e influencia o campo social, sua dinâmica e, conseqüentemente, o *habitus* local. Essa influência se dá, sobretudo, porque tanto a cultura como o *habitus* específico nela inseridos são elásticos, mutáveis (Setton, 2002; Bourdieu, 2003). É o que confirma Setton (2002), ao realizar uma leitura contemporânea da teoria do *habitus* bourdieusiano: “Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação (...)”.

As políticas públicas, por fim, direcionadas aos campos esportivo e de lazer, incluindo o campo educacional, podem fomentar o *habitus* em torno das práticas corporais de praia. Entretanto, também podem criar novos *habitus* ou ainda, romper com eles. Este cenário foi constatado por Oliveira (2017, p. 156) ao analisar, etnograficamente, o Fest Verão de São Pedro da Aldeia<sup>1</sup>, no interior do Estado do Rio de Janeiro: “Quando o esforço dos governos consistia em realizar eventos de massa para agradar a população, esta se distanciava cada vez mais das práticas culturais pelo simples fato de mudar de lado no jogo: de praticante à expectante”. Os achados deste estudo deixam

<sup>1</sup> Fest Verão de São Pedro da Aldeia-RJ: São Pedro da Aldeia é um município praiano localizado na Região dos Lagos, banhado pela Lagoa Araruama, no interior do Estado do Rio de Janeiro. A cidade possui uma longa tradição de práticas esportivas de praia e um dos projetos mais antigos do Estado: O Fest Verão. Trata-se de um projeto iniciado em 1969 e, hoje, depois de mais de 50 anos de existência, mantém-se vivo na cultura local. Contudo, ao longo de mais de meio século de existência, o evento ímpar no Brasil passou por várias transformações, saindo da categoria de esporte de lazer para um grande espetáculo. Para melhor compreendê-lo, sugere-se a leitura do artigo intitulado de: *Do lazer ao espetáculo: a etnografia do Fest Verão de São Pedro da Aldeia* ou, o livro *Fest Verão de São Pedro da Aldeia: do lazer à espetacularização dos esportes de praia*, da editora Autografia.

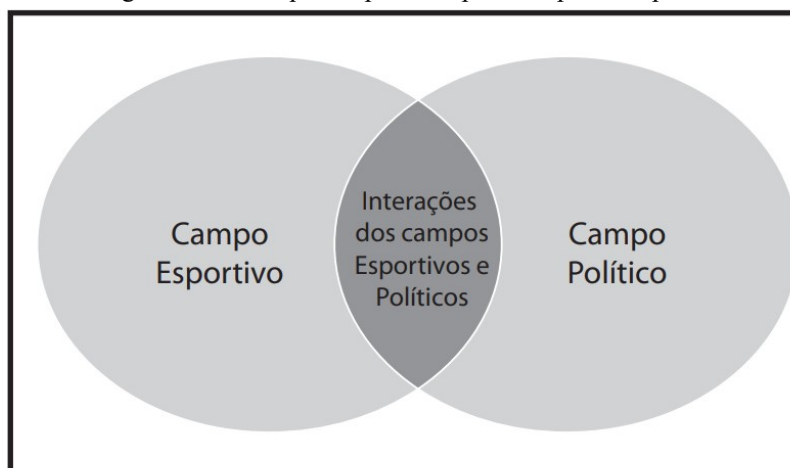


claro o quanto as práticas culturais são mutáveis e o *habitus*, flexível, a ponto de criar novas formas de apropriação, “atualizando as manifestações e expressões culturais já estabilizadas” (*Ibid*, p. 16). Tudo isso porque tanto o campo quanto o *habitus* desse campo podem ser alterados de acordo com os interesses da modernidade (Setton, 2002).

## **Campo político + campo esportivo = subcampo das políticas públicas de esporte e lazer**

Desde que o Estado passou a ser o interventor de atividades esportivas e de lazer, é dele também, a responsabilidade de promover e fomentar as práticas corporais que mais se evidenciam em determinada comunidade, afinal esporte e lazer também são direitos fundamentais (Brasil, 2020). Na esfera governamental, o fomento ao *habitus* deste campo ocorre, quase sempre, por meio de políticas públicas, as quais evidenciam objetivos quer sejam pelo viés do esporte-educação ou esporte-lazer, quer sejam pelo esporte-desempenho ou esporte-espetáculo (Tubino, 1999; 2010; Bracht, 2005). Sob a perspectiva das teorias dos campos de Pierre Bourdieu (1998), Mezzadri (2011) entende que as políticas públicas de esporte e lazer formam um subcampo resultante da interseção de dois campos distintos: o campo político e o campo esportivo.

Figura 1: Subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer



Fonte: Mezzadri (2011, p. 99).

Para o autor, “essa interseção é identificada pela composição do subcampo das políticas públicas para o Esporte e o Lazer e construídas nas disposições das instituições, agentes, ofertas e demandas sociais” (Mezzadri, 2011, p. 98). Em suma, este subcampo (políticas públicas) poderia ser entendido como a intervenção do Estado sobre demandas esportivas, numa relação de poder que nem sempre leva em conta as reais necessidades dos agentes sociais e o *habitus* local (Nunes & Cunha, 2014; Starepravo et al., 2013; Bourdieu, 2003).

Do ponto de vista bourdieusiano, os campos político e esportivo constituem espaços sociais próprios, formados por agentes sociais e capital cultural bem distintos. Entretanto, é a relação de poder existente em cada campo que melhor os caracterizam. O campo político é representado e ordenado por um “capital público” (Bourdieu, 2005, p. 68), enquanto o campo esportivo, semelhante à vida em sociedade, é “um espaço social relativamente autônomo, pois tem seu próprio tempo, suas regras de funcionamento singulares, seus atores sociais, suas lutas e seus capitais em disputa específicos” (Bueno & Marchi Junior, 2020, p. 24).

Cada campo é formado por diferentes subcampos. No caso do campo político, Starepravo et al., 2011, p. 235) dizem que “cada área no interior do campo político/burocrático, por sua vez, pode

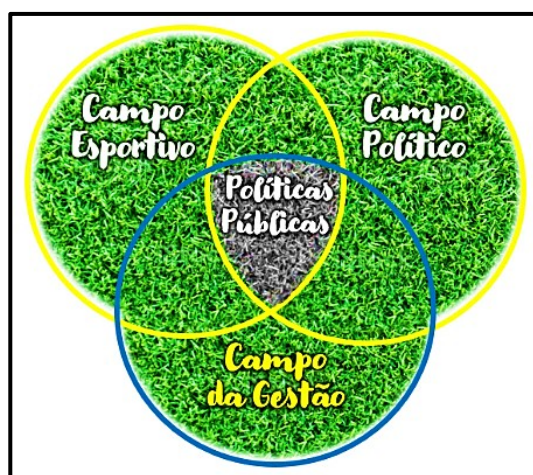
ser entendida como um subcampo político/burocrático, onde as especificidades da área de atuação do Estado delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados”. Os autores entendem por subcampo político/burocrático de esporte e lazer os diferentes papéis e formas de poder exercidos pelos agentes sociais do campo político, responsáveis pela implementação das políticas públicas. Este subcampo, por sua vez, diferencia-se do subcampo de políticas públicas de esporte e lazer, o qual é entendido como um produto de consumo de agentes externos ao campo político, isto é, a população em geral (Starepravo et al., 2011).

## A adição de um novo campo no jogo: a gestão esportiva

Nas últimas décadas, ainda sob a lente bourdieusiana, um terceiro campo tem surgido para se somar aos campos político e esportivo: o campo da gestão nos esportes. A gestão esportiva é uma área considerada por Rocha e Bastos (2011) ainda bastante recente e se desenvolve na medida em que o esporte e a atividade física são compreendidos como um negócio. Oriundos de cursos de formação específicos da área da Educação Física, “gestores do esporte têm atuado em organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, de prática ou de administração esportiva” (Rocha & Bastos, 2011, p. 91).

Nesta perspectiva, o campo da gestão, no caso das políticas públicas de esporte e lazer, refere-se à mão de obra especializada neste campo, própria dos profissionais de Educação Física (Zanata et al., 2018). Este campo é tão importante que as decisões nele tomadas podem impactar os rumos e a qualidade das políticas públicas de esporte e lazer, levando-as à categoria de produto de mercado, sob a forma de espetáculo (Bracht, 2005; Rosseto Junior & Borin, 2017) ou ainda, de promoção social, sob a forma de esporte-educação ou esporte-participação (Tubino, 1999; 2010). Quaisquer que sejam os rumos e ideologias aplicados às políticas públicas de esporte e lazer, a gestão deste campo com mão de obra qualificada – no caso, a Educação Física – denota, notadamente, a valorização profissional e a qualidade das ações neste campo.

Figura 2: Participação do campo da gestão nas políticas públicas



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Mezzadri (2011).

## Subcampo das políticas públicas de esporte e lazer: resultado da soma de diferentes campos

As políticas públicas voltadas para a gestão esportiva sob intervenção do Estado ganham notoriedade a partir da Constituição Federal de 1988, quando o Esporte passa a ser considerado um direito do cidadão e um dever do Estado (Brasil, 2020). Somente em 2003, o Brasil cria o Ministério dos Esportes, por meio do qual as políticas públicas da área ganham notoriedade, sobretudo, financiamento (Silva et al., 2015). É o caso da criação de programas como Esportes e



Lazer nas Cidades (PELC), Segundo Tempo (PST) e a participação no Programa Academia da Saúde (PAS), de responsabilidade do Ministério da Saúde. Esses e outros programas tinham como missão, sobretudo, o combate à desigualdade e vulnerabilidade social e, o fomento à promoção da saúde (Silva et al., 2015; Brasil, 2014). Atualmente, na mesma sintonia, tem-se o Programa Forças no Esporte (PROFESP), sendo considerado um desdobramento do PST. Entretanto, desta vez, as Forças Armadas são as instituições responsáveis por seu desenvolvimento em todo o país (Brasil, 2019).

Ao que se percebe, apesar de toda a estrutura governamental consolidada ao longo dos últimos anos, há inúmeros problemas advindos deste campo (político), tendo como principais inconvenientes, a gestão pública assistencialista, prioridades em outras pastas, corrupção, desvios de verbas e, até mesmo, a falta de recursos materiais e financeiros para implementação das práticas corporais ou continuidade das mesmas (Martins et al., 2019).

Além dos fatores supracitados, notadamente negativos ao processo de desenvolvimento da gestão esportiva e do esporte, percebe-se também que os grandes investimentos que ocorrem no campo esportivo se dão por conveniência, isto é, pelo retorno financeiro afim. A transformação do esporte em *show business* é refletido por Bourdieu (2003, p. 191), ao descrever que:

O desporto-espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, no mesmo lance, as funções do simples consumo passivo.

Todo o investimento financeiro das políticas públicas é destinado às massas e, por isso, não há envolvimento direto com grandes corporações financeiras e/ou megassalários. Não seria o volumoso capital financeiro advindo dos megaeventos o principal atrativo para disputas dos campos da política, do esporte e da gestão esportiva no subcampo da política pública (de esporte e lazer)? Talvez seja esta a razão pela qual, realizar grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíada atraia tantos investimentos, ao contrário de políticas públicas esportivas destinadas às massas que, além de recursos escassos, não oferecem retorno financeiro imediato. É notória a presença de gestores esportivos em instituições que lidam com grandes eventos. Não obstante, não se vê o mesmo no sistema público, onde estes profissionais são agentes sociais, muitas vezes, desprovidos de capital cultural deste campo ou de formação específica (Bourdieu, 2003; Zanatta et al., 2018).

De modo geral, a indústria do esporte no Brasil segue, segundo Rocco Júnior (2021, p. 197), o lado ruim da mercantilização, uma vez que não se preocupa com o esporte propriamente dito, “mas sim com o retorno comercial advindo do seu consumo”. Este princípio mercadológico beneficia, no entendimento deste autor, algumas poucas instituições e impacta negativamente as políticas públicas de esporte e lazer, situando o Brasil na periferia internacional do campo esportivo. Na visão de Rocco Júnior (2021, p.197), “inexistem políticas públicas, nos diferentes níveis da nação, para oferecer a prática esportiva, em larga escala e nas esferas educacional e de participação, para crianças, adolescentes, jovens e cidadãos interessados nos benefícios da prática esportiva”. Isso se dá, provavelmente, porque o Estado não detém recursos disponíveis suficientemente favoráveis ao bom desenvolvimento destas políticas públicas.

Entretanto, pior que alegar a insuficiência de recursos, é tê-los e administrá-los inadequadamente. A previsão de gastos com a Copa do Mundo do Brasil – 2014 – e as Olimpíadas de 2016 somaram, segundo Paganella e Amaral (2020), um montante de mais de 65 bilhões de reais. Seguindo as pegadas do legado Olímpico Rio-2016, Medeiros e Holanda (2020) analisaram o pós-evento e concluíram dentre vários fatores considerados, o estado de abandono em que se encontram as estruturas, os gastos desnecessários e a corrupção. Na contramão deste enredo, o que se vê é a baixa participação social nas categorias de esporte-participação e educação, tendo como consequências não só os baixos resultados esportivos internacionais, como também o aumento considerável da inatividade física em nível nacional (Rocco Júnior, 2021).

Os gastos com políticas públicas devem levar em conta, os interesses dos principais agentes envolvidos naquele campo. Um dos maiores problemas advindos do campo político e que vai impactar nas políticas públicas diz respeito à não-participação dos agentes sociais no processo de decisão sobre as reais necessidades daquele campo. Segundo Mezzadri (2011, p. 96):

A maioria dos agentes acaba ficando à margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhe são disponibilizados pelas instituições produtoras. Isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes. As posições são conservadas e a produção concentrada, fazendo com que o interesse da sociedade seja reduzido e interpretado a partir dos interesses dos agentes políticos.

Esse distanciamento ocorre porque segundo Bourdieu (1998), o campo político é um dos mais fechados que existem. É onde ocorrem lutas entre os diferentes agentes que constituem este campo. Desse modo, neste duelo de forças, haverá agentes sempre de fora das disputas. Para Mezzadri (2011), “isso faz com que o campo político se apresente enquanto um dos espaços sociais mais restritivos e inacessíveis à entrada de novos agentes”. Considerando que no Brasil, estas disputas de forças e ideologias são sacramentadas pelo voto direto, por representação social, o ocupante de cargo eletivo passa a representar os interesses da comunidade a partir de seus próprios interesses políticos.

Apesar do crescente número de investigações acadêmicas acerca da gestão esportiva, do aumento de profissionais de Educação Física assumindo funções de gestores esportivos nas diferentes instituições (Zanata et al., 2018), é possível perceber que o campo das políticas públicas de esporte e lazer é mais influenciado pelas tensões e intenções políticas que pelas produções científicas de profissionais da área (Starepravo, 2011).

O ciclo eleitoral quadrienal parece se tornar o principal temor dos agentes políticos em perder seus cargos neste campo de lutas, o que por vezes, pode significar a descontinuidade de projetos e programas iniciados (Souza, 2006; Pacheco & Schwartz, 2021). O que se vê em nível nacional é o descaso com os recursos públicos. Os projetos, em sua maioria, findam-se com o término de um ciclo governamental. O governo seguinte abandona todo o trabalho iniciado, novos programas e projetos são criados, em um fluxo contínuo de gastos, inadequações e desrespeito com a coisa pública.

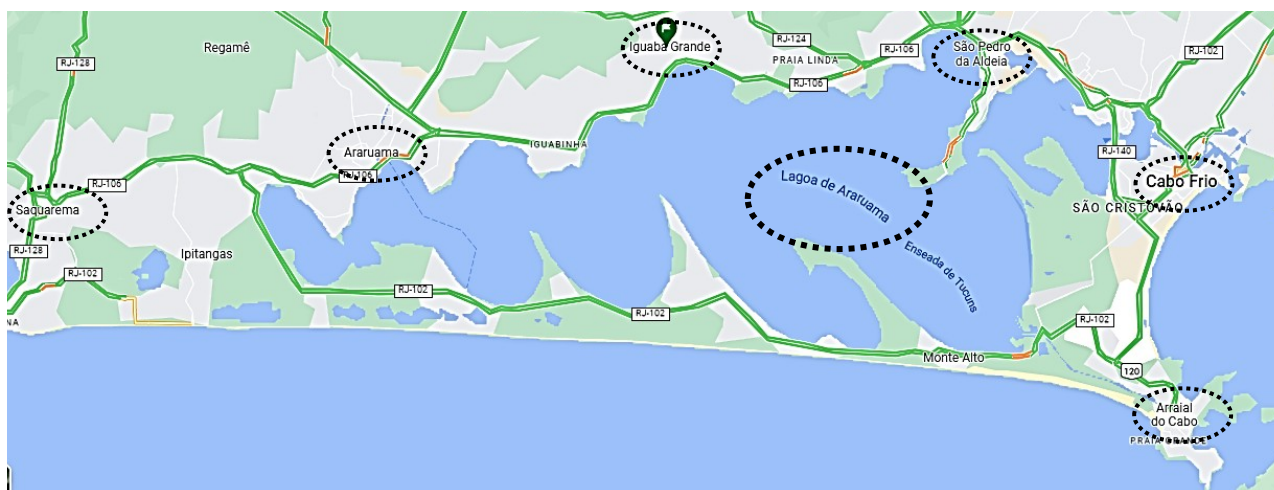
## Situando o objeto de estudo

Em 2011, um estudo financiado pela SUDERJ buscou descrever a gestão de políticas públicas de esporte e lazer na Região dos Lagos (Motta & Terra, 2011). O estudo apontou que a região tem grande vocação para os esportes devido aos ambientes naturais que possui, incluindo possibilidades práticas nos meios terrestre, náutico e aéreo (Maluf, 2011). Entretanto, a pesquisa apontava baixo investimento entre os municípios pesquisados, descontinuidade de projetos e escassez de ações, dada a precarização dos recursos.

Entretanto, o estudo supracitado apresenta inconsistência em alguns dados políticos e geográficos deste campo, como localizar a Região dos Lagos no Norte do Estado do Rio de Janeiro, insinuar que a cidade de Iguaba Grande é detentora da “maior lagoa hipersalina do mundo” e que amantes dos esportes náuticos procuram as lagoas de Araruama e São Pedro, pois são cidades que “possuem águas tranquilas” (Terra et al., 2011, p. 59). Na verdade, dentre as oito regiões oficiais do Estado do Rio de Janeiro, as Baixadas Litorâneas é aquela que comporta a Região dos Lagos – uma microrregião desta categoria; quando se refere à maior lagoa hipersalina do mundo, está se referindo à Lagoa (de) Araruama (Gomes, 2009). Araruama, além de cidade, é o nome dado à lagoa e, não, águas pertencentes àquele município. É uma lagoa que banha e une os municípios de São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama, Iguaba Grande e um pequeno trecho da cidade de Saquarema (Figura 3).



Figura 3: Cartografia da Região dos Lagos: municípios banhados pela Lagoa de Araruama.



Fonte: Google Maps. Modificado. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-22.8869338,-42.252827,11.75z>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Motta e Terra (2011) não conseguiram desvelar dados importantes de algumas cidades, como investimentos em esporte e lazer, projetos e, sobretudo, o fomento ao *habitus* neste campo regional praiano, como aquelas advindas do maior e mais antigo evento de esportes de praia do Estado do Rio de Janeiro – o Fest Verão de São Pedro da Aldeia (Oliveira, 2017). Em todo o documento da pesquisa, o Fest Verão é citado uma única vez, entendido apenas como evento de atração turística.

Logo, ao considerar o estado da arte desta pesquisa ainda e apenas um embrião, mas que buscará analisar o *habitus* esportivo da Região dos Lagos, as práticas corporais praticadas, as políticas públicas em torno destes *habitus* e, o protagonismo comunitário praiano advindo dos currículos escolares, espera-se compreender o quanto estas ações impactam positivamente para o fomento e valorização das práticas corporais de praia, neste campo.

Vale ressaltar que o *habitus* do campo esportivo praiano independe de qualquer iniciativa pública para a sua existência. É o que lembra Oliveira (2017):

As práticas culturais, quaisquer que sejam, não devem depender das ações deste ou daquele governo, que são provisórias e, portanto, não formam cultura pela inconstância ideológico-partidária. As práticas culturais não são provisórias, emanam das redes sociais construídas ao longo dos anos, tecida a partir do dia-a-dia das pessoas, amarradas por nós de relacionamentos afins.

Entretanto, políticas públicas voltadas para este setor não só consolidam o *habitus* local por meio das práticas corporais existentes, como possibilitam o surgimento de novas atividades e estimulam a população à aquisição de hábitos saudáveis. É o que ocorre quando a escola – instituição pública ou privada – valoriza o contexto em que ela está inserida e não negligencia os conhecimentos nele produzidos. Oliveira e Osborne (2022a), ao analisarem a prática do futebol de praia inserida no Fest Verão de São Pedro da Aldeia – Região dos Lagos, encontraram um distanciamento entre escola, cultura e currículo, isto é, a escola inserida no campo praiano não se apropria da cultura corporal de movimento produzida na região, ajustando o currículo local ao que se faz em todo o país, nos moldes do quarteto fantástico (Bracht, 2010; Brandt et al., 2015).

Em se tratando de práticas culturais como a descrita neste estudo, é importante que a Educação Física Escolar dê voz ao *habitus* instituído, de maneira que os alunos inseridos na realidade praiana sejam verdadeiros protagonistas comunitários de suas ações. Para tanto, a escola precisa ser um local das expressões identitárias da comunidade (Oliveira & Osborne, 2022).





Também é missão desta pesquisa aprofundar esta dinâmica, abrangendo todos os municípios da Região dos Lagos banhados pela Lagoa de Araruama. A validade deste estudo é inquestionável, pois além de ser relevante aos campos da política, da gestão, do esporte e da Educação, transcende a microrregião estudada, podendo compará-la a muitas outras realidades brasileiras, que sob a ótica da cartografia costeira nacional, compartilham ambientes e *habitus* semelhantes por todo o litoral brasileiro.

Correlacionar todos esses campos ao *habitus* esportivo praiano não será tarefa fácil, mas revelará as nuances deste espaço social que possibilitarão avanços e distintas frentes de políticas públicas voltadas para o esporte de praia no âmbito do lazer, da educação e quiçá, mesmo não sendo seu objetivo, do esporte de rendimento.

## Considerações Finais

De fato, a Região dos Lagos é um campo de cultura corporal singular, com *habitus* semelhantes compartilhados em torno da chamada Lagoa de Araruama, junto à natureza (Oliveira, 2017; Oliveira et al., 2019; Oliveira & Osborne, 2022a).

A avaliação de gestão de projetos das cidades praianas deste campo implicará em quantificar os investimentos, entender como e em que são investidos os recursos, analisar os projetos desenvolvidos e perceber a relação destes fatores com a prática social e educacional, protagonizada pelos agentes sociais mirins, adultos e idosos neste campo.

Este novo estudo, alinhado à presente pesquisa em andamento, pretende revisitar esta região de maneira mais objetiva: além de buscar dados sobre a gestão de projetos afins ao campo praiano, far-se-á uma relação destes com o campo educacional, buscando no protagonismo comunitário, nuances daquilo que é ensinado de maneira formal e informal no cotidiano escolar e cultural (Oliveira, & Osborne, 2022a; Brasil, 2018).

Desse modo, o estudo aproximará cultura, escola e currículo de forma ampla, criando subsídios para que a gestão das políticas públicas seja a base para o protagonismo existente sob forma de esporte e lazer nestas cidades praianas (Oliveira & Osborne, 2022b), garantindo sustentabilidade e permanência.

## Referências

- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisbon: Fim de Século, 2003.
- Bourdieu, P. (1998). *O poder Simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2005). *A casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático*. In: Wacquant, L. O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, p. 41-70.
- Brasil (2014). Ministério da Saúde. *Programa Academia da Saúde*. Cartilha informativa. Brasília: Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacaoe/s/academia\\_saude\\_cartilha.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacaoe/s/academia_saude_cartilha.pdf). Acesso em: 18 jun. 2022.
- Brasil (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. MEC. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Brasil (2019). Forças no Esporte. Ministério da cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/forcas-no-esporte>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- Brasil (2020). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf)



?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jul. 2022.

- Bueno, I. A. S., & Marchi Junior, W. (2020). Conceitos fundamentais para leitura do campo esportivo pela perspectiva teórica bourdieusiana. *Rev. Sociologias Plurais*, (6)1:8-28.
- Gomes, N. F. (2009). *Análises de Circulação Hidrodinâmica e de Transporte de Sal em um Estuário Hipersalino: Lagoa de Araruama – RJ*, 137p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE.
- Hall, S. (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 Ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Martins, Y., Bastos, F.C., & Ferreira, L. A. (2019). A prática de gestão do esporte na perspectiva do lazer em uma instituição cultural. *Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde*, Campinas: SP, v. 17, e019007, p.1-17. <https://doi.org/10.20396/conex.v17i0.8653267>
- Maluf, E. M. (2011). *Conhecendo a Região dos Lagos: uma história de aventuras, sucessos e transformações*. In: Motta, A., & Terra, R. (orgs.). *Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos*. Rio de Janeiro: iVentura.
- Medeiros, J., & Holanda, B. B. B. (2020). Legado Olímpico em Questão: Megaeventos na Cidade do Rio de Janeiro e as Controvérsias em Torno dos Jogos Olímpicos Rio 2016. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) – ISSN 2448-3052 (on-line)*, São Paulo, (5)2:110-130.
- Mezzadri, F. M. (2011). *Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos*. In: Motta, A., & Terra, R. (orgs.). *Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos*. Rio de Janeiro: iVentura.
- Motta, A., & Terra, R. (2011). *Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos*. Rio de Janeiro: iVentura,
- Murad, M. (2009). *Sociologia e Educação Física: diálogos, linguagens do corpo e esportes*. Rio de Janeiro: FGV.
- Nunes, C. C., & Cunha, G. S. V. T. (2014). Estado e as políticas públicas esportivas: o contexto brasileiro. *Alesde*, Curitiba, 4(2): 04-15, setembro.
- Oliveira, A.B (2017). *Fest Verão de São Pedro da Aldeia: do lazer à espetacularização dos esportes de praia*. Rio de Janeiro: Autografia.
- Oliveira, A. B., & Osborne, R. (2022a). El Fest de Verão de São Pedro da Aldeia y el currículo escolar: desafios y posibilidades. *Lecturas: Educación Física Y Deportes*, 27(288):43-62. <https://doi.org/10.46642/efd.v27i288.2840>
- Oliveira, A. B., & Osborne, R. (2022b). Cultura corporal e currículo: uma reflexão a partir do Fest Verão de São Pedro da Aldeia-RJ. In: *Coletânea do 2º Congresso Científico da RIEC – Rede Internacional de Estudos Culturais*. EEEFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, MG-Brasil, 07 a 09 de julho de 2022.
- Oliveira, A.B., Osborne, R., Belmont, R., & Terra, D.V. (2019). Do lazer ao espetáculo: a etnografia do Fest Verão de São Pedro da Aldeia. *Licere*, 22(2). <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.13544>
- Pacheco, J. P. S., & Schwartz, G. M. (2021). Políticas públicas e espaços de esporte e lazer nos estudos acadêmicos: uma revisão sistemática. *Licere*, Belo Horizonte, 24(2), jun. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.34948>
- Paganella, M. A.; Amaral, S. C. F. (2020). Copa do mundo futebol 2014 e jogos olímpicos Rio 2016 como políticas públicas de estado e de governo: equívocos inequívocos. *Licere*, Belo Horizonte, 23(4). <https://Doi.Org/10.35699/2447-6218.2020.26696>
- Rocco Júnior, A.J. (2021). Gestão do esporte no Brasil e no mundo: evolução histórica,



organizações e perspectivas. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 13.

- Rossetto Junior, A. J., & Borin, M. E. S. (2017). Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)* – Online. São Paulo, 2(2):154-172.
- Rocha, C. M., & Bastos, F.C. Gestão do Esporte (2011): definindo a área. *Rev. bras. Educ. Fis. Esporte*, São Paulo, 25(n. esp.):91-103.
- Setton, M. G. J. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. N. 20, Maio/Jun/Jul/Ago.
- Silva, D. S., Borges, C. N. F., & Amaral, S. C. F. (2015). Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. *Rev Bras Educ Fis Esporte*, São Paulo, Jan-Mar, 29 (1):65-79. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, 1(16):20-45.
- Starepravo, F. A. (2011). *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político-burocrático e científico-acadêmico*. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Starepravo, F. A., Souza, J., & Marchi Junior, W. (2011). Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise. *Movimento*, Porto Alegre, (17)03:233-251.
- Starepravo, F. A., Souza, J., & Marchi Junior, W. (2013). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, (35)3:785-798. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000300018>
- Terra, R., Imênes, B., & Pacheco, F. (2011). *Esporte e lazer e políticas públicas: uma visita à Região dos Lagos no norte do Estado do Rio de Janeiro*. In: Motta, A., & Terra, R. (orgs.). *Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos*. Rio de Janeiro: iVentura,
- Tubino, M.J.G. (1999). *O que é esporte*. São Paulo: Brasiliense.
- Tubino, M.J.G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: UEM.
- Zanatta, T.C., Freitas, D. M., Carelli, F. G., & Costa, I. T. (2018). O perfil do gestor esportivo brasileiro: Revisão sistemática da literatura. *Movimento*, Porto Alegre, 24 (1):291-304, jan./mar. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.73803>

Recebido em: 09/10/2022

Aceite em: 10/12/2022

Endereço para correspondência:

André de Brito Oliveira  
profandre.ef@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0